Laura Dias Moreira, natural de Meinedo, Lousada, de nacionalidade portuguesa, nascido em 6 de Junho de 1956, casado, titular do bilhete de identidade n.º 3638559, com domicílio na Travessa do Fontanário, 13, Gandra, Alfena, 4445-001 Alfena, Valongo, por se encontrar acusado da prática de um crime de descaminho ou destruição de objectos colocados sob poder público, previsto e punido pelo artigo 355.º do Código Penal, praticado em 15 de Novembro de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 18 de Abril de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

19 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *Miguel Aranda Monteiro*. — A Oficial de Justiça, *Maria Emilia Monteiro*.

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTO TIRSO

Aviso de contumácia n.º 6551/2005 — AP. — O Dr. Virgínio Costa Ribeiro, juiz de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Santo Tirso, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 322/99.1TBSTS, pendente neste Tribunal, contra o arguido Manuel Alves Pimenta de Freitas, filho de Bernardino de Freitas e de Joaquina Alves Pimenta, natural de Santo Tirso, Roriz, Santo Tirso, de nacionalidade portuguesa, nascido em 16 de Fevereiro de 1947, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 5797159, com domicílio na Avenida do Dr. Sérgio Moreira da Cunha, Macieira, 4620-000 Lousada, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física grave, por negligência, previsto e punido pelo artigo 148.º, n.ºs 1 e 3 do Código Penal, com referência ao artigo 144.º, alínea b) do mesmo diploma legal e de um crime de omissão de auxílio, previsto e punido pelo artigo 13.º, n.ºs 1 e 2 também do Código Penal, praticados em 12 de Dezembro de 1996, por despacho de 12 de Abril de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal.

12 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *Virgínio Costa Ribeiro*. — A Oficial de Justiça, *Maria Céu Guimarães*.

Aviso de contumácia n.º 6552/2005 — AP. — O Dr. Virgínio Costa Ribeiro, juiz de direito do 2.º Juízo de Competência Especializada Criminal do Tribunal da Comarca de Santo Tirso, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 241/00.0GCSTS, pendente neste Tribunal, contra o arguido Óscar Ruben da Silva, filho de pai natural e de Maria Albertina da Silva Dias, natural da Venezuela, nascido em 13 de Março de 1974, solteiro, com domicílio na Rua da Fonte, 70, 4445-000 Ermesinde, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 203.º e 204.º, n.º 2, alínea a), do Código Penal, praticado em 5 de Abril de 2000, por despacho de 19 de Abril de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal, por detenção.

19 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *Virgínio Costa Ribeiro*. — A Oficial de Justiça, *Maria Céu Guimarães*.

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DA MADEIRA

Aviso de contumácia n.º 6553/2005 — AP. — O Dr. João Amaral, juiz de direito do 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de São João da Madeira, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 27/00.2GCSJM, pendente neste Tribunal, contra o arguido António Joaquim Oliveira e Silva, filho de António da Silva e de Maria Fernanda da Silva Oliveira, natural de São João da Madeira, São João da Madeira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 19 de Março de 1962, casado (em regime desconhecido), titular do bilhete de identidade n.º 05660745, com domicílio na Rua do Emigrante, 6 D, 3700-000 São João da Madeira, foi o arguido por sentença de 7 de Fevereiro de 2001, já transitado em julgado em 22 de Fevereiro de 2001, condenado da prática de dois crimes de injúria, previstos e

punidos pelos artigos 181.º e 184.º do Código Penal, na pena de multa de 70 dias de multa à taxa diária de 800\$, perfazendo cada uma das penas de multa global, o montante de 56 000\$, de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, na pena de sete meses de prisão e de um crime de desobediência, previsto e punido pelo artigo 348.º do Código Penal, na pena de sete meses de prisão. Feito o cúmulo jurídico das penas parcelares ora impostas ao arguido atento o disposto no artigo 77.º, n.º 2 do Código Penal, foi o mesmo condenado na pena unitária de 10 meses de prisão e a pena concreta de 110 dias de multa à razão de 3,99 euros, 800\$ por dia, perfazendo a sua globalidade a pena de 438,94 euros, 88 000\$. Ao abrigo do disposto no artigo 50.º do Código Penal, foi a pena de prisão suspensa pelo período de dois anos sob a condição de o arguido comprovar nos autos, no prazo de seis meses ter procedido ao pagamento da indemnização aos ofendidos pelo crime de danos sofridos. Por despacho de 2 de Fevereiro de 2004, ao abrigo do disposto no artigo 56.º, n.º 1, alínea a) do Código Penal, foi revogada a suspensão da pena de prisão aplicada ao arguido pelo que o mesmo terá de cumprir a pena de 10 meses de prisão, em que foi condenado. Por despacho de 2 de Fevereiro de 2004, ao abrigo do disposto no artigo 49.º, n.º 1 do Código Penal, foi decidido converter a pena de 110 dias de multa em 74 dias de prisão subsidiária. Por despacho de 5 de Abril de 2005, foi o arguido declarado contumaz, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e ainda o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

7 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *João Amaral*. — O Oficial de Justiça, *José da Silva Coimbra*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Aviso de contumácia n.º 6554/2005 — AP. — A Dr.ª Maria Clarisse A. Cruz Gomes, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de São João da Pesqueira, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 80/97.4TBSP (antigo processo n.º 25/97), pendente neste Tribunal, contra o arguido Jorge Teixeira Magalhães, filho de Manuel Magalhães e de Belarmina da Conceição Oliveira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 17 de Janeiro de 1954, casado, (em regime desconhecido), natural de Tabuaço, com domicílio na Travessa da Videira, 4, Trevões, 5130-421, São João da Pesqueira, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 30 de Abril de 1996, por despacho de 5 de Abril de 2005, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal.

5 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Maia Clarisse A. Cruz Gomes*. — O Oficial de Justiça, *Jorge Meireles*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE SÃO PEDRO DO SUL

Aviso de contumácia n.º 6555/2005 — AP. — O Dr. Carlos Mário Borges, juiz de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de São Pedro do Sul, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 40/03.8TASPS, pendente neste Tribunal, contra a arguida Sandra Eduarda Sousa Almeida, filha de Joaquim de Almeida e de Maria Virgínia de Sousa, natural de São Pedro de Castêlões, Vale de Cambra, nascida em 25 de Janeiro de 1977, solteira, titular do bilhete de identidade n.º 11070791, com último domicílio conhecido na Rua das Flores, 17, Montenegro, 8000-472 Faro, por se encontrar acusada da prática de dois crimes de emissão de cheque sem provisão, previstos e punidos pelo artigo 11.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticados em Abril e Junho de 2003, foi a mesma declarada contumaz, em 4 de Abril de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação da arguida em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos

termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e ainda o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

11 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *Carlos Mário Borges*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Mendes*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE SESIMBRA

Aviso de contumácia n.º 6556/2005 — AP. — A Dr.ª Gabriela Sabino, juíza de direito da Secção Única do Tribunal da Comarca de Sesimbra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 58/99.3TBSSB, pendente neste Tribunal, contra o arguido José António Pires dos Santos, filho de Tomé Luís dos Santos e de Adelaide Antunes Pires, natural de Sintra, Cacém, Sintra, de nacionalidade portuguesa, nascido em 26 de Janeiro de 1950, divorciado, titular do bilhete de identidade n.º 6681594, com domicílio na Urbanização Edec 37, rés-do-chão/A, 2675-000 Odivelas, por se encontrar acusado da prática de um crime de outros crimes relativos à caça e pesca, previsto e punido pelo artigo 31.º, n.º 10, da Lei n.º 30/86, de 27 de Agosto, conjugado com os artigos 25.º, n.º 1, alínea h), 26.º, 36.º e 47.º do Decreto-Lei n.º 251/92, de 12 de Novembro, com alteração do Decreto-Lei n.º 136/96, de 14 de Agosto e com Portaria n.º 640-B/94 de 15 de Julho, e 16.º da Lei n.º 30/86, praticado em 25 de Março de 1995, foi o mesmo declarado contumaz, em 13 de Abril de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter documentos, certidões e registos, designadamente bilhete de identidade, passaporte e carta de condução, junto de quaisquer serviços ou autoridades ligados à Administração Pública (central, regional ou local, incluído os consulados de Portugal).

18 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Gabriela Sabino*. — A Oficial de Justiça, *Ester Zita Nascimento*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SETÚBAL

Aviso de contumácia n.º 6557/2005 — AP. — A Dr.ª Maria da Conceição Miranda, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Setúbal, faz saber que, no processo sumário (artigo 381.º do Código de Processo Penal), n.º 107/03.2PTSTB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Luís Carlos da Graça Vilela, filho de Fernando Correia Vilela e de Ilda da Graça Vilela, natural de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 21 de Abril de 1969, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 10434837, com domicílio na Rua das Manteigadas, 23, Águas Furtadas, direito, 2900-000 Setúbal, o qual foi em 8 de Abril de 2003, por sentença, condenado na pena de 80 dias de multa à razão diária de 2,20 euros, perfazendo o total de 176 euros, a que correspondem 53 dias de prisão subsidiária, transitada em julgado em 5 de Maio de 2003, pela prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 8 de Abril de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 29 de Março de 2005, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

11 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria da Conceição Miranda*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Sequeira*.

Aviso de contumácia n.º 6558/2005 — AP. — A Dr.ª Maria da Conceição Miranda, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Setúbal, faz saber que, no processo sumário

(artigo 381.º do Código de Processo Penal), n.º 277/01.4PTSTB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Odair José Pereira Barbosa, filho de Ângelo Pereira Barbosa e de Betúlia Gonçalves Barbosa, natural do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 8 de Setembro de 1974, solteiro, com identificação fiscal n.º 231526750, titular do bilhete de identidade estrangeiro n.º 28105991-3, com domicílio na Avenida do General Gomes Freire, 63, 3.º, direito, Setúbal, 2900-000 Setúbal, o qual foi em 3 de Setembro de 2001, por sentença, condenado na multa de 80 dias à taxa diária de 800 euros, o que perfaz a multa global de 64 000\$, 319,23 euros e em 15 de Outubro de 2003, por despacho, atenta a impossibilidade voluntária e coerciva de pagamento da multa convertida, a pena aplicada nestes autos em 53 dias de prisão subsidiária, transitado em julgado, pela prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º do Código Penal, praticado em 1 de Setembro de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 29 de Março de 2005, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

11 de Abril de 2005. — A Juíza de Direito, *Maria da Conceição Miranda*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Sequeira*.

Aviso de contumácia n.º 6559/2005 — AP. — O Dr. Luís Filipe de Melo e Silva, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Setúbal, faz saber que, no processo sumário (artigo 381.º do Código de Processo Penal), n.º 525/00.8PCSTB, pendente neste Tribunal, contra o arguido Carlos da Silva, filho de Luísa Sá, natural da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 25 de Julho de 1966, solteiro, com identificação fiscal n.º 207715939, titular do bilhete de identidade n.º 16137618, com domicílio na Praceta do Professor Hernâni Cidade, lote 3, 1.º G, 2910-000 Setúbal, o qual foi em 15 de Maio de 2000, por sentença, condenado na multa de 100 dias à taxa diária de 500 euros, perfazendo o montante global de 50 000\$ e em 27 de Janeiro de 2004, por despacho, atenta a impossibilidade voluntária e coerciva de pagamento da multa, convertida na pena aplicada em 66 dias de prisão subsidiária, transitado em julgado em 20 de Fevereiro de 2004, pela prática de um crime de detenção ilegal de arma, previsto e punido pelo artigo 6.º, da Lei n.º 22/97, de 27 de Junho, praticado em 5 de Maio de 2000, foi o mesmo declarado contumaz, em 29 de Março de 2005, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e ainda o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3 do referido diploma legal.

12 de Abril de 2005. — O Juiz de Direito, *Luís Filipe de Melo e Silva*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Sequeira*.

Aviso de contumácia n.º 6560/2005 — AP. — A Dr.ª Susana Torrá Cortez, juíza de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal da Comarca de Setúbal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 218/99.7PBSTB, pendente neste Tribunal, contra o arguido João Carlos de Ascensão Afonso, filho de Carlos Alberto Viegas Martins Afonso e de Ilda Maria Gago de Ascensão Afonso, natural de Setúbal, São Sebastião, Setúbal, de nacionalidade portuguesa, nascido em 13 de Abril de 1976, casado (em regime desconhecido), titular do bilhete de identidade n.º 10988117, com domicílio na Rua de António José Marques, 11, 2.º, direito, 2900-000 Setúbal, por se encontrar acusado da prática de um crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º do Código Penal, praticado em 17 de Fevereiro de 1999, foi o mesmo declarado contumaz, em 16 de Março de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à sua apresentação ou detenção, sem prejuízo da realização de actos urgentes, nos termos do artigo 320.º do Código